

**Universidade de São Paulo**

*Reitor:* Prof. Dr. Adolpho José Melfi

*Vice-Reitor:* Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

*Diretor:* Prof. Dr. Sedi Hirano

*Vice-Diretor:* Prof. Dr. Gabriel Cohn

**Departamento de Sociologia**

*Chefe:* Prof. Dr. Lísias Nogueira Negrão

*Suplente:* Prof. Dr. Brasílio Sallum Jr.

**Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Sociologia**

*Coordenador:* Prof. Dr. Sérgio Adorno

*Vice-Coordenadora:* Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto

*Secretaria do Curso:* Irany Emidio, Maria Ângela Ferraro de Souza  
e Juliana Maria Costa

**Agradecimento**

O autor e o Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo agradecem à CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — os recursos que viabilizaram a co-edição deste livro.

Nadya Araujo Guimarães

CAMINHOS  
CRUZADOS

Estratégias de empresas  
e trajetórias de trabalhadores

Curso de Pós-Graduação em Sociologia  
Universidade de São Paulo

editora ■ 34

tidos,<sup>12</sup> que não apenas é significativo o encolhimento de postos, mas que este se faz com um resultado predatório em termos de preservação do capital de qualificação acumulado pelos trabalhadores na experiência prévia no processo de trabalho. A saída do emprego, sem o restabelecimento de um outro vínculo de trabalho protegido e formalmente registrado, parece pôr em risco, para uma ampla gama de indivíduos, identidades sociais e formas de sociabilidade construídas em experiências pgressas de trabalho e que estiveram na raiz das ações coletivas tal como até aqui manifestas e analisadas. Como repensar a natureza da reestruturação industrial e suas conseqüências, tendo em conta esse tipo de efeitos sobre grupos sociais que foram significativos na trajetória recente das relações de trabalho no Brasil?

Na parte subsequente, procurarei ilustrar, com dados relativos aos desligados da indústria brasileira, a relevância de passarmos de metodologias de análise de tipo transversal a abordagens longitudinais, focalizando trajetórias ocupacionais agregadas.

## 2. POR QUE PENSAR EM TERMOS LONGITUDINAIS PARA ENTENDER AS TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS NO BRASIL DOS ANOS 90?

A conjunção entre crescimento da produção, da produtividade e da competitividade industriais, por um lado, e queda sistemática do emprego industrial, por outro, tornou-se um dos principais desafios interpretativos para a Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil, a partir dos anos 90. Ela não apenas restabeleceu a importância dos estudos sobre o desemprego industrial, como lhes conferiu um novo enfoque.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> De que trataremos em detalhe nos capítulos seguintes.

<sup>13</sup> Detalhes podem ser encontrados no capítulo 1.

Será possível acreditar que análises desenhadas, teórica e metodologicamente, de modo a focalizar a dinâmica longitudinal poderiam agregar informação importante *vis-à-vis* aquelas que almejam descrever estoques de força de trabalho, comparando seus perfis em distintos momentos de tempo, a partir de modelos transversais (de tipo *cross-section*)?

Três desenhos de análise serão sistematizados a seguir, para ilustrar, por um lado, as vantagens analíticas dos desenhos de tipo longitudinal em face dos de tipo transversal, e, por outro, as várias modalidades de desenhos longitudinais.

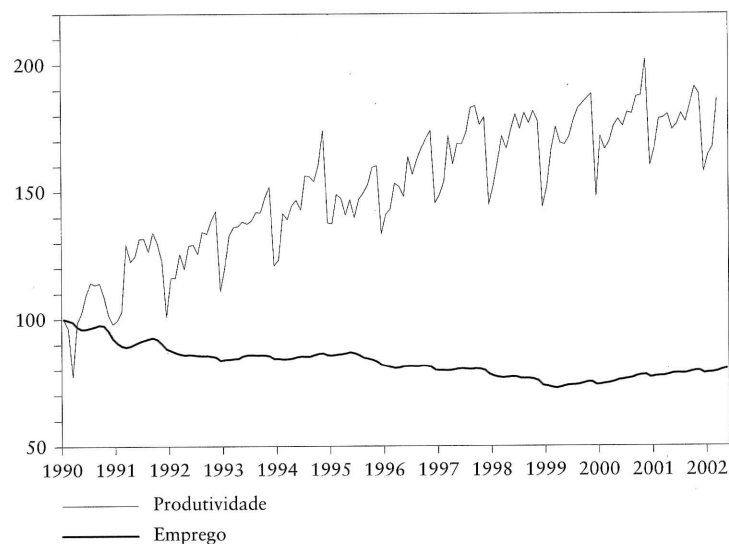
Desenhos transversais são importantes ferramentas — e disto dei mostra, anteriormente, no capítulo 4 — para documentar transformações ao longo do tempo. Observando o que se passa com o movimento do emprego industrial face ao da produtividade (e tomando como base 100 o ano de 1990), vemos (cf. Gráfico 6.1) o quanto se amplia, ao longo do período, a defasagem entre ambos os indicadores.

Conforme os dados do IBGE, em sucessivas amostras domiciliares independentes, verifica-se que o volume do emprego industrial caiu, ao longo da década de 90, não importando o momento do ciclo. Essa informação — ao revelar como, em cada momento selecionado, se configura o emprego industrial — chama a atenção para a existência de um problema: com o passar do tempo, a contração no emprego tem feito minguar os que “sobrevivem” nos ambientes produtivos reestruturados. Podemos, a partir daí, inferir que cresçam (em número) os trabalhadores tornados redundantes em face do processo de reestruturação das plantas industriais brasileiras?

Haveria, para tal, que conhecer o destino que coube aos trabalhadores desligados no processo de “enxugamento” de pessoal promovido pelas empresas industriais; isto é, que destino lhes coube no mercado de trabalho, após a perda do emprego. Para fazê-lo, um outro tipo de abordagem seria necessária: *os mesmos indivíduos* deveriam ter os seus movimentos no mercado de trabalho acompanhados ao longo do tempo. Isto porque a base de

dados que informou a construção do Gráfico 6.1, tanto quanto as fontes ordinariamente manejadas, documentam instantâneos da estrutura do mercado de trabalho, por meio de levantamentos pontuais efetuados junto a amostras diferentes e independentes. Conquanto representativas do estado do mercado de trabalho industrial em cada ponto do tempo, por serem amostras extraídas independentemente umas das outras, elas não permitem seguir, ao longo do tempo, o que se passa com os que têm (ou tiveram) um emprego e o perderam, já que são diferentes.

Gráfico 6.1  
 PRODUTIVIDADE E EMPREGO  
 NA INDÚSTRIA BRASILEIRA



Fonte: IBGE. Série de dados de produtividade ajustada para controle de efeitos de sazonalidade.

Para responder à pergunta que aqui interessa, a descrição do estado de diferentes estoques de trabalhadores em momentos também diferentes do tempo deve ceder lugar a painéis longitudinais

que acompanhem *um mesmo* estoque de indivíduos, verificando como o passar do tempo é um elemento constitutivo da sua forma de inserção no mercado de trabalho industrial.

Isso remete a um segundo tipo de desenho, que tipifica um segundo modo de incorporar o tempo à análise. O da análise longitudinal prospectiva, ou seja, aquela que dá ao pesquisador a possibilidade de acompanhar, com as mesmas variáveis de descrição, um mesmo conjunto de unidades, num dado lapso de tempo. No caso brasileiro, recentemente passou-se a ter a oportunidade de fazê-lo, através do painel denominado Rais-Migra, por que voltado a acompanhar eventos de migração ocupacional no mercado de trabalho.

A Rais-Migra se constituiu a partir de duas outras bases, colhidas (ambas) na forma de registros administrativos junto às empresas; trata-se dos cadastros anuais da Rais<sup>14</sup> e dos levantamentos mensais da Lei n° 4.923/65,<sup>15</sup> do Ministério do Traba-

<sup>14</sup> Tal como explicitara anteriormente (capítulo 4), a Rais (Relação Anual de Informações Sociais) é um registro administrativo, instituído pelo Decreto 76.900/75, o qual determina que todas as empresas formalmente registradas devem declarar ao Ministério do Trabalho e Emprego as relações contratuais de emprego que estabeleceram durante o ano. Essa declaração deve ser feita uma vez por ano, entre janeiro e abril, e contém informações relativas às relações de emprego formalizadas em qualquer período ao longo do ano anterior. Dessa forma, a Rais busca ser um censo anual do emprego formal. São disponibilizados dois tipos de informações, que constituem os dois módulos em que se estrutura o instrumento de coleta da Rais. Um referente ao estabelecimento (código identificador, razão social, localidade, atividade econômica, natureza jurídica e número de empregados em 31/12 do ano base e agência de depósito do FGTS); outro referente ao empregado (e que reúne características de perfil do trabalhador, tais como escolaridade, idade, sexo; ao lado de características do vínculo ocupacional, tais como, natureza do vínculo, tempo no emprego, ocupação, salário, desligamento, causa de rescisão, entre outras).

<sup>15</sup> Tal como também explicitara anteriormente (capítulo 4), o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) é um outro registro administrativo, instituído pela Lei n° 4.923/65, que obriga as empresas a de-

lho e Emprego.<sup>16</sup> Combinadas, através de tabulações especiais, elas permitiram a construção de painéis longitudinais sobre o comportamento das empresas e dos seus empregados. E como? É certo que cada uma das bases, Rais e Caged, se tomadas isoladamente, não seria mais que uma construção transversal (ou, como também chamadas, de tipo *cross-section*). Mesmo quando tratadas de maneira contígua elas não facultariam, com seus sucessivos estoques transversais, mais que uma análise de tipo *repeated cross-section*. Entretanto, se intercomunicadas — e isto é possível dado que se dispõe de uma variável de interface, o número de inscrição do trabalhador no sistema de seguridade social, o seu número do PIS — essas bases transversais se tornam verdadeiros painéis, podendo ser transformadas numa potente base longitudinal que atende aos requisitos de desenhos de tipo prospectivo.<sup>17</sup> Isto

---

clarar, junto às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego, os movimentos de admissão e demissão de trabalhadores que tenham efetuado. Ademais de registrar os montantes de trabalhadores admitidos e/ou desligados, o Caged, do mesmo modo que a Rais, permite estabelecer um perfil da empresa e do trabalhador referidos.

<sup>16</sup> Sendo registros administrativos, têm a vantagem da cobertura que resulta da compulsoriedade, mas o limite de que não podem estar sujeitos a critérios científicos de coleta. Esse limite, conquanto não possa ser sanado no âmbito de um projeto acadêmico, certamente necessita ser tomado em conta na análise dos dados para que se exerça, sobre esse aspecto, a necessária vigilância metodológica, expressa na crítica de qualidade e arguição sobre os limites dos dados em uso.

<sup>17</sup> A arquitetura dessa nova base Rais-Migra foi concebida graças ao apoio da Finep a projeto originalmente desenvolvido, em 1994-1995, no CIET/Senai sob a coordenação de Luís Caruso denominado “Trajetórias Inter-Setoriais Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria” (ver Pero, 1997). Uma tentativa de experimentação para uso dessa base, visando analisar seletividade no mercado de trabalho e tentando superar os seus limites, foi efetuada no quadro do projeto “Trajetórias Ocupacionais e Empregabilidade da Força de Trabalho: Por uma Metodologia para Acompanhamento de Trajetórias de Trabalhadores Industriais na Nova Ordem

porque pode-se passar a acompanhar, com as mesmas variáveis de descrição, um mesmo conjunto de unidades (indivíduos ou firmas, conforme se deseje), num dado lapso de tempo.<sup>18</sup>

Tomando, então, os painéis da Rais-Migra, que se pode dizer sobre o efeito da contração do emprego industrial sobre as trajetórias dos trabalhadores desligados? O Gráfico 6.2 nos permite uma primeira abordagem. Nele se expressa o resultado do acompanhamento, ano a ano, do que ocorre com cada um dos que, tendo estado empregados na indústria brasileira no ano de 1989, perderam os seus empregos, e foram sucessivamente buscados, entre 1989 e 1997, de modo a verificar-se os seus eventos de reinserção no mundo dos empregos registrados.

Primeira novidade. Os indivíduos selecionados são acompanhados *em suas coortes*. Qual o evento comum que os define como formando uma coorte? Eles são trabalhadores que, tendo ti-

---

Produtiva”, apoiado pela Ford/Anpocs, que coordenei, tendo sido executado conjuntamente com Adalberto Cardoso e Luís Caruso. Posteriormente, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Datamec encarregaram-se de ampliar a produção e uso desses painéis longitudinais, recobrando a mobilidade pela descrição de todos os vínculos assumidos por todos os trabalhadores formalmente registrados, estivessem eles na indústria ou fora dela.

<sup>18</sup> A base de dados Rais-Migra foi, então, composta por um único arquivo físico, onde cada registro representava um trabalhador desligado no ano-base, com informações sobre sua situação geográfica, setorial e ocupacional na data de desligamento e ao final de cada ano de sua trajetória. Assim, a base foi constituída de fotografias tiradas em 31 de dezembro de cada ano, de forma que se tornou possível fazer comparações entre movimentos distintos da trajetória entre o ano-base e dezembro do último ano para o qual se dispunha de informações processadas. Caso o trabalhador não estivesse empregado em 31 de dezembro, seriam aproveitadas as informações do último vínculo no ano. A técnica para a identificação das trajetórias foi a de definição de um painel composto por trabalhadores que foram desligados em um determinado ano e que eram acompanhados nos anos subsequentes, configurando assim uma trajetória. Posteriormente a essa construção experimental, a base longitudinal foi expandida de modo a contemplar os eventos referentes a todos os trabalhadores registrados, e não apenas os demitidos.



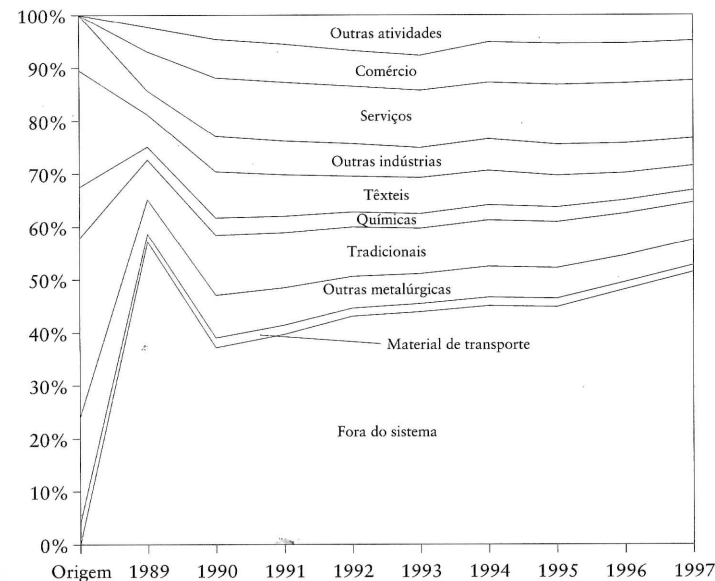
do um emprego na indústria, em 1989, viveram a experiência comum de perderem esse emprego, e tiveram que competir por novas posições no mercado,<sup>19</sup> ao longo dos sucessivos anos, até 1997, lapso de tempo para o qual pude (até o momento da preparação deste livro) dispor de informações longitudinalizadas. Assim, em vez de, a cada ano, simplesmente estimar o estoque de todos os que estiveram ocupados na indústria (tal como o fiz por meio do Gráfico 6.1), posso agora verificar o que se passa, em cada um dos anos subsequentes, com a coorte de trabalhadores que foram demitidos no ano de 1989.

E por que selecionei o ano de 1989? Por duas razões. Por ser o ano que antecede a confluência de mudanças (macroeconômicas e microorganizacionais) que formaram o contexto de crise, ajuste e reestruturação produtiva que viveu a indústria brasileira; os demitidos em 1989 tornam-se, por isto mesmo, exemplares daqueles trabalhadores que tiveram que viver a experiência de buscar um novo trabalho quando instabilizavam-se as condições de competição no mercado de trabalho pela mudança nas estratégias das empresas. Ao lado disto, como a base Rais-Migra apenas permite gerar informações retroativas ao ano de 1989,<sup>20</sup> essa é a coorte de mais longa experiência de vínculos empregatícios que pode ser construída; acompanhando os seus eventos de emprego registrado, pode-se somar nada menos que oito anos de tentativas no mercado formal de trabalho, o que é muito em termos da intensidade das transições ocupacionais no Brasil.

<sup>19</sup> No mercado dos empregos formalmente registrados, que é o que se capta com o sistema de registros administrativos do Ministério do Trabalho.

<sup>20</sup> Ao menos, até o momento em que preparei a presente análise. Isto porque, tal como concebido em sua arquitetura experimental, anos atrás, o desenho da base (e a remissão ao ano de 1989 como inicial) tinha a intenção de prover informações que permitissem acompanhar os movimentos de demissão e reinserção justamente no curso do processo de reestruturação produtiva, de modo a gerar insumos para as políticas de emprego e de qualificação.

Gráfico 6.2  
SITUAÇÃO (ATÉ 1997) DA COORTE DE DEMITIDOS  
EM 1989 DA INDÚSTRIA BRASILEIRA  
(Amostra aleatória de 5% dos casos — N = 140.146)  
Destino: setores de reingresso 1989 a 1997



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Migra, 1989-1997.  
Processamento próprio.

Gráfico 6.2 chama a atenção para um resultado que impressiona. Observada a situação dessa coorte, ano a ano, entre 1989 (quando esses trabalhadores foram demitidos) e 1997 (último ano para o qual disponho de informações), uma situação se revela como sendo aquela que reúne, ano a ano, a maior parte dos trabalhadores que compunham essa coorte: a situação daqueles indivíduos cujos números de registro não eram encontrados na base do Ministério do Trabalho e Emprego. Vale dizer, o grupo de tamanho mais significativo era composto, *em todos os anos*, daqueles trabalhadores que *não* estavam registrados como empregados, em *qualquer* setor de atividade, em qualquer dos estabe-

lecimentos formalmente registrados no país. Observe-se que, da maneira como organizadas as informações apresentadas no Gráfico 6.2, há uma origem comum (todos haviam estado ocupados na indústria, em diferentes ramos de atividades, reclassificados de modo a atender aos interesses do estudo); o destino, contudo, pode ser o mais variado possível, dado que a base acompanha os eventos de reinserção no mercado dos empregos registrados, não importa o setor de atividade ou o local do país. Por essa razão, esse grande grupo de indivíduos que se encontram sem emprego formalmente registrado é denominado, no Gráfico 6.2, “fora do sistema” (seus números de PIS “desapareceram” da base de registros administrativos do sistema Rais).<sup>21</sup>

Para que se possa ter uma visão mais precisa da ordem de grandeza numérica desses contingentes, apresento a Tabela 6.1.

A análise por coortes nos permite, desse modo, elucidar alguns aspectos importantes. Ao mais saliente dentre eles já me referi: a dificuldade de refazer um vínculo formalmente registrado de trabalho, mesmo fora da indústria; ela afeta pelo menos 37% dos casos (em 1990) e, no máximo, 57% deles (no ano inicial, 1989). Mas, há alguns outros que podem ser ressaltados. É significativo, por exemplo, o movimento de migração intersetorial que distancia o trabalhador da sua experiência anterior de trabalho — com passagem da indústria, seja para o comércio, seja para os serviços; e tal movimento se torna tanto mais relevante quanto mais decorre o tempo.<sup>22</sup> Bem assim, destaca-se outra tendên-

<sup>21</sup> Tendo em conta o imenso número de casos, em razão de estar tratando com todos os trabalhadores demitidos da indústria brasileira em 1989 (e dados os limites dos recursos de *hardware*), extraí uma amostra aleatória de 5% dos casos, de modo a ter condições de realizar os procedimentos de análise estatística. Isto, ainda assim, produziu o avantajado “n” de 140.146 casos componentes da coorte de demitidos nesse ano.

<sup>22</sup> Só numa rápida comparação, esse contingente abarcava 16% da coorte em dezembro de 1989 e 30% em dezembro de 1996 (ou 23% no final de 1997).

cia: vencido o impacto da perda do emprego, o trabalhador muitas vezes se reinsere numa outra ocupação registrada (e o número dos que estavam “fora do sistema” em 1990 torna-se substancialmente menor que em dezembro de 1989); entretanto, a partir daí, mostra-se crescente o número de indivíduos dessa coorte que, a cada ano, novamente se encontra fora dos registros do sistema Rais (encontra-se sem emprego formalmente registrado). Ou seja, estar “fora do sistema” não apenas é o estado dominante na coorte, mas é uma situação que manifesta tendência a crescer, mesmo depois que se logra restabelecer um novo vínculo, sugerindo que, uma vez perdido o emprego, maior o risco de um novo episódio de desemprego.

Tabela 6.1  
DISTRIBUIÇÃO POR SETORES SELECIONADOS  
DA ATIVIDADE PRODUTIVA (ENTRE 1989 E 1997)  
DA COORTE DE DEMITIDOS EM 1989  
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA  
(Amostra aleatória de 5% dos casos — N = 140.146)

	Origem	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Fora do sistema	0	80.150	52.158	55.636	60.395	61.559	63.136	62.856	67.497	72.092
Material de transporte	5.607	2.029	2.579	2.430	2.134	2.153	2.250	2.236	1.943	1.806
Outras metalúrgicas	28.065	9.132	11.235	9.870	8.380	7.902	8.153	8.065	7.035	6.732
Tradicionais	47.390	10.495	15.920	14.609	13.130	12.080	12.309	12.214	11.142	9.906
Químicas	13.540	3.426	4.576	4.355	3.967	3.862	4.010	3.905	3.521	3.233
Têxteis	30.859	8.625	12.206	10.935	9.432	9.515	9.104	8.374	7.183	6.454
Outras indústrias	14.685	6.302	9.354	8.905	8.597	7.899	8.329	8.186	7.822	7.251
Serviços	0	10.296	15.485	15.582	15.255	15.236	14.991	15.843	15.940	15.326
Comércio	0	6.482	10.175	10.050	9.391	9.192	10.638	10.837	10.501	10.492
Outras atividades	0	3.209	6.458	7.774	9.465	10.748	7.226	7.630	7.562	6.854
Total	140.146	140.146	140.146	140.146	140.146	140.146	140.146	140.146	140.146	140.146

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Migra, 1989-1997.  
Processamento próprio.

Entretanto, da forma como apresentei até aqui os dados do painel longitudinal, não posso verificar a validade dessa hipótese. Isto porque, embora tenha avançado ao passar da análise de amostras distintas, observadas em pontos de tempo, para acompanhar uma mesma coorte ao longo do tempo, tal acompanhamento ainda se fez com uma metodologia que apenas acumula sucessivas observações transversais. Ou seja, no painel longitudinal redefiniu-se apenas a base de casos observados, mas ainda se manteve a mesma lógica que presidia a análise dos dados e que informou a montagem do Gráfico 6.1; ela ainda resulta de repetidas descrições transversais (“*repeated cross-sections*”). Por isso mesmo, a minha abordagem continua sendo insuficiente para responder indagações sobre os percursos individuais; as histórias ocupacionais dos indivíduos e suas trajetórias no mercado dos empregos formalmente registrados seguem ainda desconhecidas, dado o desenho da análise.

Um outro tipo de aproveitamento analítico dos dados longitudinais de tipo prospectivo, como os da Rais-Migra, deve ser empreendido, de modo a recompor-se as trajetórias ocupacionais dos indivíduos. Só assim será possível verificar hipóteses seja sobre o impacto da perda do emprego fruto da reestruturação das firmas sobre os seus percursos individuais, seja sobre a existência de convergências (isto é, destinos recorrentes) que permitam identificar trajetórias ocupacionais agregadas. Para responder a esse novo tipo de indagação, não basta ter um novo tipo de base de dados (construída sobre coortes, primeira novidade que assinalarei anteriormente). Há que agregar uma outra inovação, que afeta a maneira de abordagem aos dados: há que ser possível reconhecer trajetórias agregadas, a partir da recuperação das trajetórias de cada um dos indivíduos da coorte. Ou seja, há que tratar verdadeiramente o tempo como um elemento endógeno à análise, e não apenas como mais uma dentre as variáveis de controle. O padrão formado pela variação no tempo dos eventos de reinserção no mercado de trabalho formalmente registrado — o percurso — é que se torna, ele mesmo, o objeto da análise.

Para identificar os padrões de trajetórias, utilizei a análise fatorial de correspondência. Ela permite estabelecer e analisar a matriz resultante do entrecruze entre o total de casos (no exemplo, são 140.146 indivíduos na amostra), pelo total de pontos no tempo a observar, que indicam o máximo de eventos possíveis (9, posto que, dada a arquitetura da base Rais-Migra, posso retratar um evento em cada um dos nove anos compreendidos entre 1989 e 1997, inclusive) que podem se dar em cada um dos possíveis setores de destino (no caso classificados em 10, dados os interesses de observação do projeto que desenvolvi).<sup>23</sup> Isto produziu uma imensa matriz de partida para a identificação dos fatores, no caso da ordem de  $9 \times 10 \times 140.146$ . De modo a saber se há seqüências equivalentes de eventos, o modelo compara cada uma das seqüências que configuram os percursos individuais, procurando identificar recorrências nas trajetórias; descobertos tais padrões, as trajetórias individuais podem ser classificadas segundo essas recorrências, de modo a se chegar a identificar padrões recorrentes, ou trajetórias agregadas. Os fatores extraídos são utilizados numa análise de *cluster* que permite gerar as classes de trajetórias que são descritas por cada um desses subgrupos de indivíduos. Finalmente, num último passo da análise, é possível ainda inquirir sobre as características de perfil dos indivíduos que perfazem cada uma das classes de trajetórias identificadas.

Assim, quando se toma o tempo como um elemento endógeno à análise, e inquirimos sobre padrões recorrentes de trajetórias, que se pode dizer sobre a diversidade dos destinos partilhados por esses indivíduos? A resposta está na Tabela 6.2. Nela os casos apa-

<sup>23</sup> A classificação de setores respondeu a um interesse mais geral (de um projeto mais amplo) voltado para entender os efeitos da reestruturação das firmas sobre as trajetórias dos trabalhadores em três cadeias industriais distintas: da química, da automobilística e da têxtil. Por isso, aparecem desagregados segmentos que melhor revelam o movimento dessas/nessas cadeias, enquanto permanecem agrupados o comércio, os serviços e outras atividades econômicas diversas.

recem classificados não pela situação episódica em que se encontra cada indivíduo da coorte em cada ano observado (como na Tabela 6.1), mas pela recorrência num mesmo tipo de percurso, num mesmo padrão de mobilidade, no conjunto dos casos.

Tabela 6.2  
DISTRIBUIÇÃO POR SETORES SELECIONADOS DA  
ATIVIDADE PRODUTIVA (ENTRE 1989 E 1997) DA COORTE  
DE DEMITIDOS EM 1989 DA INDÚSTRIA BRASILEIRA  
(Amostra aleatória de 5% dos casos — N = 140.146)

Classes	Frequência	%	
		Simples	Acumulado
Fora do sistema	57.896	41,3	41,3
Serviços	16.241	11,6	52,9
Tradicional	13.103	9,3	62,2
Comércio	12.114	8,6	70,9
Têxteis	10.039	7,2	78,1
Outras indústrias	9.836	7,0	85,1
Outras metalúrgicas	9.400	6,7	91,8
Outras atividades	7.056	5,0	96,8
Químicas	4.461	3,2	100,0
Total	140.146	100,0	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Migra, 1989-1997.  
Processamento próprio.

Vê-se, então, que há percursos típicos, expressão de trajetórias ocupacionais que revelam padrões de mobilidade no mercado dos empregos registrados, e que são vividos por subgrupos dos indivíduos da coorte. Dentre esses percursos destacarei quatro para ilustrar os ganhos interpretativos desse tipo de metodologia de abordagem; eles foram os escolhidos, seja pelo seu peso no total de casos (juntos, os 4 reúnem quase 70% dos casos), seja pela sua relevância analítica.

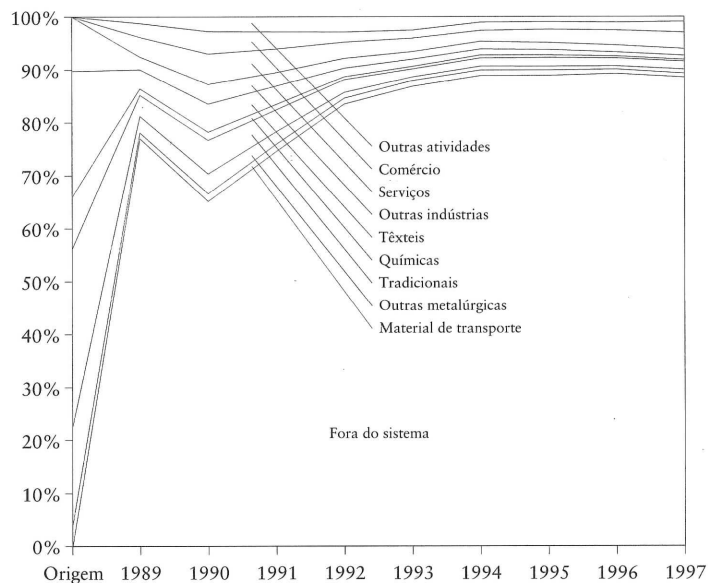
Eles tipificam três padrões de trajetórias, a saber: as trajetórias *de exclusão* do mundo dos empregos protegidos (a “classe dos fora do sistema”, com 41% dos casos); as trajetórias *de recon-*

*versão*, seja para os serviços (11,6%), seja para o comércio (8,6%); e as trajetórias *de preservação*, com retorno à indústria (mesmo sendo a indústria tradicional, com 9,3% dos casos). Retomo, em seguida, cada trajetória agregada, mostrando como se distribuem os casos.

A trajetória de exclusão do circuito dos empregos formalmente registrados é aquela que se constitui no padrão quantitativamente dominante. Observe-se que, de acordo com a metodologia adotada, não se trata de indivíduos que episodicamente estivessem sem contrato de trabalho, mas indivíduos recorrentemente sujeitos a essa circunstância (o que transparece na dominância da situação no corpo do Gráfico 6.3). Quatro em cada dez trabalhadores da coorte dos demitidos pela indústria brasileira em 1989, ao longo dos nove anos de observação, têm nesse o seu destino dominante. No Gráfico 6.3 vê-se, ainda, como os quase 58 mil trabalhadores da amostra que formam esse grupo, em quase 80% dos momentos observados, “desaparecem” dos registros do sistema Rais. Vale dizer, eles subsistem desenvolvendo atividades que os privam do contrato formal de trabalho (onde quer que se encontrem, geográfica ou ocupacionalmente). Privados do contrato, privam-se igualmente de todos os direitos e formas de proteção (mesmo exíguos, no caso brasileiro) que a ele se associam, inclusive das formas de defesa desses direitos, isto é, não lhes é facultado sequer o direito à representação sindical.

O segundo padrão de trajetória agregada agrupa um número muito menor de casos (cerca de 11% deles) e manifesta uma configuração algo diversa do primeiro. A reinserção nos serviços vai se tornando uma tendência dominante no percurso ocupacional à medida que transcorre o tempo; antes dela, eventos de reinserção em outros setores (e em especial em outros setores industriais) mostraram-se viáveis. Não seria descabido cogitar que parte desse movimento de reinserção nos serviços não signifique *de fato* transição ocupacional, ou migração intersectorial efetiva (com seus efeitos de perda de capital de qualificação), posto que ele pode esconder apenas o movimento de terceirização, que atin-

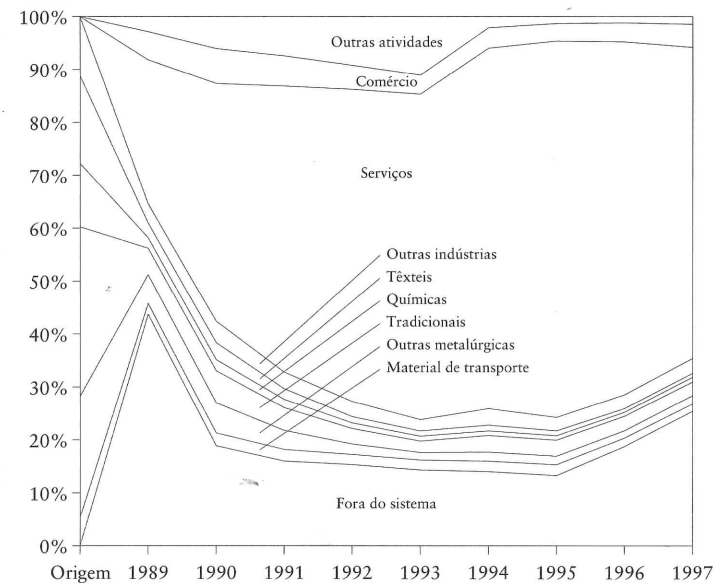
Gráfico 6.3  
 A TRAJETÓRIA DE EXCLUSÃO DO MUNDO  
 DOS EMPREGOS PROTEGIDOS — COORTE DE DEMITIDOS  
 EM 1989 DA INDÚSTRIA BRASILEIRA  
 (Amostra aleatória de 5% dos casos)  
 Classe 5 — Fora do sistema (41,3%) — N = 57.896



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Migra, 1989-1997.  
 Processamento próprio.

giu em cheio a indústria brasileira no período. Sem alterar a atividade ocupacional, esse movimento priva trabalhadores de direitos, reconvertendo uma relação de emprego diretamente contratado em emprego subcontratado através de prestadoras de serviços (“mudando a cor do macacão”, para usar os dizeres dos próprios trabalhadores). Tal como concebido esse painel longitudinal, apenas posso cogitá-lo sem chance de dimensionar o peso desse efeito. Para o sistema Rais, o trabalhador terceirizado é computado tal qual o trabalhador que tivesse efetivamente migra-

Gráfico 6.4  
 A TRAJETÓRIA DE RECONVERSÃO PARA  
 OS SERVIÇOS — COORTE DE DEMITIDOS EM 1989  
 DA INDÚSTRIA BRASILEIRA  
 (Amostra aleatória de 5% dos casos)  
 Classe 1 — Serviços (11,6%) — N = 16.241



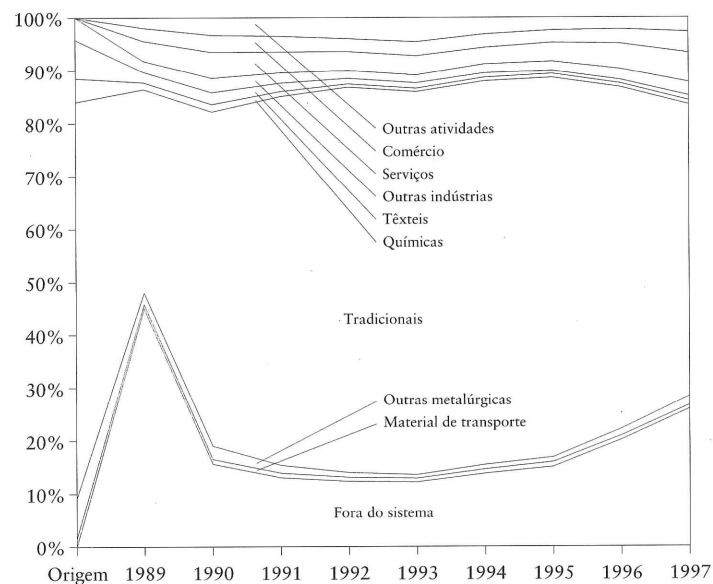
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Migra, 1989-1997.  
 Processamento próprio.

do intersetorialmente, posto que é a classificação da empresa empregadora aquela que dá o tom da sua inserção setorial.

O Gráfico 6.5 figura um outro padrão recorrente de trajetória. À primeira vista este poderia ser considerado um percurso virtuoso, posto que leva o trabalhador de volta a um outro emprego na indústria. Mas, observe-se, trata-se de um emprego na indústria tradicional (e ele pode ter saído de segmentos da indústria moderna). Mas note-se também que este é um percurso feito, na grande maioria dos casos, por indivíduos que, antes do



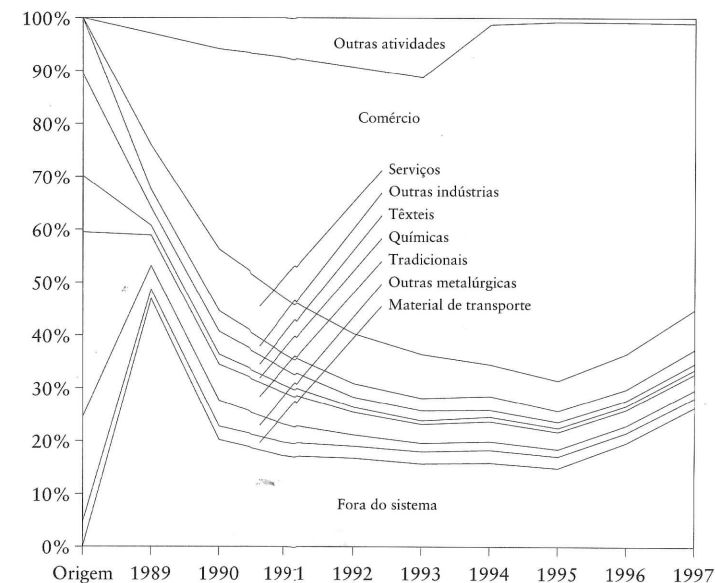
Gráfico 6.5  
 A TRAJETÓRIA DE RETORNO À INDÚSTRIA  
 TRADICIONAL — COORTE DE DEMITIDOS EM 1989  
 DA INDÚSTRIA BRASILEIRA  
 (Amostra aleatória de 5% dos casos)  
 Classe 6 — Tradicionais (9,3%) — N = 13.103



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Migra, 1989-1997.  
 Processamento próprio.

desligamento, haviam estado empregados na indústria tradicional. Nesse sentido, a denominei uma trajetória de preservação. Observe-se que o caráter pouco sistêmico da reestruturação produtiva na indústria tradicional, expresso na heterogeneidade de padrões de produtividade ao longo do tecido produtivo, aumenta as chances de que subsistam oportunidades de trabalho em outros espaços naquele segmento. Mas, haveria que indagar: que se preserva nesse caso? É possível que não se deprede o capital de qualificação, expresso em experiência e identidade profissionais.

Gráfico 6.6  
 A TRAJETÓRIA DE RECONVERSÃO PARA  
 O COMÉRCIO — COORTE DE DEMITIDOS EM 1989  
 DA INDÚSTRIA BRASILEIRA  
 (Amostra aleatória de 5% dos casos)  
 Classe 2 — Comércio (8,6%) — N = 12.114



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Rais-Migra, 1989-1997.  
 Processamento próprio.

Entretanto, os dados autorizam supor (ainda que neste capítulo não vá explorá-lo) que tais eventos de entrada e saída de empregos formalmente registrados terminam por importar em perdas salariais que não são desprezíveis, no bojo de estratégias gerenciais de rotação como mecanismo de controle de custos.

Contudo, a base de dados Rais-Migra limita-se a capturar os eventos ocupacionais que têm lugar no circuito das oportunidades de trabalho sujeitas ao contrato e à formalização e, por isto mesmo, amparadas pelo direito. Nesse sentido, não há meios de

saber o que ocorre com um trabalhador que, em determinado momento, “desaparece” dos registros do painel prospectivo. Pode-se supor que permaneça desempregado, ou que tenha passado à inatividade, ou mesmo que tenha continuado ocupado, ainda que em vínculos não registrados, ou qualquer combinação dessas possibilidades. Sendo assim, não se pode elaborar uma trajetória contínua da história de vida ocupacional de um indivíduo, de modo a examinar de maneira completa os impactos da perda do emprego formalmente registrado.

Isto é problemático, por certo. Mas alguns atenuantes jogam a favor de se seguir tratando com os dados dos painéis longitudinais prospectivos da Rais-Migra, mesmo sabendo dos seus limites. Primeiro atenuante: trato um tipo de setor — a indústria — onde a formalização das relações de trabalho tende a ser alta, notadamente na cadeia produtiva que observo neste trabalho, a químico-petroquímica; assim, não é irrelevante estudar os percursos ocupacionais dos desligados dessa cadeia no mercado dos empregos registrados, posto que a maioria dos casos de ocupados nessa cadeia estabelecia vínculos formais de trabalho. Segundo atenuante: é analiticamente muito importante pesquisar quem consegue sobreviver no mundo dos empregos onde se preserva o mínimo de requisitos de cidadania ao trabalhador. E este é o mundo dos empregos formalmente registrados. Não é cientificamente irrelevante, ou analiticamente ocioso, inquirir quem são aqueles que, em seus percursos (mesmo sujeitos a perdas salariais ou de capital de qualificação), logram manter-se ocupados nesse mundo onde (alguns) direitos estão estatuídos e podem ser ao menos (coletiva ou individualmente) argüidos.

Mas nem todos se mantêm nesse circuito. E tampouco é irrelevante seguir indagando o que acontece com quem dele se desliga, ao perder um emprego. Para contornar esse limite, um terceiro tipo de análise pode ser tentado. Trata-se da análise longitudinal de tipo *retrospectivo*. Esta, para se viabilizar, requer inquéritos especificamente desenhados, posto que recompõe o percurso ocupacional ancorando-se no recurso à memória do traba-

lhador, que restabelece os eventos da sua biografia. Só *surveys* de tipo retrospectivo podem suprir as lacunas de informação deixadas pela análise prospectiva, construída a partir de registros administrativos como os que formam a base Rais-Migra.

Quais as vantagens de um estudo retrospectivo? Em primeiro lugar, ele pode colher trajetórias completas, itinerários que abarcam passagens pelos circuitos diversos do mercado de trabalho, mesmo aqueles onde estão as ocupações para as quais não há registros formais compulsórios. Ademais, itinerários completos podem recobrir com maior precisão momentos de emprego e de desemprego, tanto quanto os momentos de passagem à inatividade. Ao fazer isto, pode-se descrever com muito maior precisão as mudanças que caracterizam um percurso quando varia o tempo. Com isto, ganha-se em precisão também na construção de trajetórias típicas.

Em segundo lugar, um estudo longitudinal de tipo retrospectivo permite associar a descrição de itinerários a outras mudanças de estado ou condição do indivíduo (ou grupos de indivíduos-tipo) pesquisado; pode-se, assim, avançar em direção a hipóteses mais seguras sobre os determinantes da mudança. Por isto mesmo, ele dá pistas para formulações sobre *mecanismos* de inclusão ou exclusão no mercado de postos de qualidade, de ampliação ou redução de chances de emprego. Fontes de informação ocupacional e de recrutamento, redes acionadas na busca de uma nova ocupação, formas de mobilização do grupo familiar para fazer face aos momentos de desemprego, todas estas são dimensões que podem ser avançadas no estudo longitudinal e em profundidade de cada um dos eventos da história ocupacional do indivíduo pesquisado.

Qual a grande desvantagem de um inquérito longitudinal de tipo retrospectivo? A confiabilidade da informação obtida se sustenta exclusivamente na memória do respondente.<sup>24</sup> E, sabe-

<sup>24</sup> Em Coutrot e Dubar (1992), análises de dados para a França sugere-

se por estudos anteriores (Coutrot e Dubar, 1992) que, quanto mais longa, rica em eventos, fragmentada e instável a história ocupacional individual, maior a chance de imprecisão da informação obtida pelo recurso à memória do respondente.<sup>25</sup>

Nos capítulos subseqüentes explorarei, em maior detalhe analítico, as potencialidades e limites das modalidades de análise longitudinal para entendermos os elos entre estratégias de reestruturação das firmas e trajetórias dos trabalhadores que foram desligados no curso desse processo de mudança.

Nos capítulos 7 e 8 retomarei os painéis prospectivos da Rais-Migra, que apresentei neste capítulo 6, de modo a utilizá-los para entender melhor os efeitos das mudanças na cadeia produtiva que vim estudando até aqui — a químico-petroquímica. No capítulo 7, explorarei como variam os padrões de trajetórias individuais se comparados em cadeias, complexos e mercados regionais de trabalho distintos. Variam as chances se comparados

---

rem que os problemas de confiabilidade (ligados à superestimação dos lapsos de estabilidade, por exemplo) são tanto maiores quanto maior a mobilidade do trabalhador ou mais longo o tempo de sua permanência em situações de precariedade.

<sup>25</sup> O instrumento de coleta típico de um *survey* longitudinal tem o formato de um “calendário” retrospectivo de eventos de emprego e desemprego. Ele permite, ao lado de recompor a cronologia desses eventos, aliar a cada ponto dessa cronologia informações sobre situação residencial de ego, composição do seu grupo familiar, condição de escolaridade de ego, além de dados relativos à caracterização da ocupação (setor, natureza da atividade etc.), forma de obtenção dessa ocupação (redes de informação e de obtenção do trabalho), requerimentos de acesso, posição de ingresso e mobilidade, treinamento recebido, salário, momento e razões de desligamento, formas de sobrevivência quando do desligamento, formas de obtenção de um novo trabalho. Ele costuma ser estruturado de forma tal que algumas questões balizadoras (especialmente aquelas relativas a situação residencial, escolaridade e composição do grupo familiar/residencial) servem de instrumentos para corrigir eventuais falhas ou vieses de memória (Elias, 1994, 1997, 1997a).

complexos situados em mercados regionais distintos, mas contidos numa mesma cadeia produtiva (no caso, comparados os demitidos da químico-petroquímica na Bahia e em São Paulo, pólos cuja reestruturação tratei na primeira parte)? E se comparadas cadeias produtivas distintas (no caso contrastando a químico-petroquímica e automobilística)? No capítulo 8, explorarei essas variações tomando em conta características do perfil do trabalhador desligado, e focalizando diferenciais por sexo, numa mesma cadeia e em complexos (e mercados regionais de trabalho) distintos; analisarei destinos ocupacionais de homens e mulheres demitidos, na químico-petroquímica baiana e paulista.

Finalmente, no capítulo 9, reunirei achados e limites desses estilos de abordagem, de modo a concluir, sistematizando sobre os novos desafios analíticos por eles deixados no que concerne aos estudos do trabalho e do emprego.